

TRANSFORMAÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES NO CONTEXTO PANDEMICO: DIÁLOGOS ENTRE JOVENS

TRANSFORMATION OF FOOD SYSTEMS IN THE PANDEMIC CONTEXT: DIALOGUES BETWEEN YOUNG PEOPLE

Paula Bernardes Machado¹
Elliz Celestrini Mangabeira²
Tayane Fernandes Ferreira³
Carolina Martins dos Santos Chagas⁴
Amábela de Avelar Cordeiro⁵
Maysa Helena de Aguiar Toloni⁶

Resumo

A superação de desafios globais exige ações articuladas e a transformação dos sistemas agroalimentares. O trabalho teve como objetivo analisar os diálogos de juventudes sobre produção e comercialização de alimentos, no contexto da pandemia de Covid-19, a fim de evidenciar seu papel na discussão e reconfiguração de um sistema agroalimentar mais sustentável, resiliente e justo. Trata-se de um estudo transversal de abordagem qualitativa, parte integrante do projeto “Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional”, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Os jovens participaram de diálogos, que foram desenvolvidos a partir dos pressupostos pedagógicos da educação Freireana e do protagonismo juvenil, acerca das fragilidades do sistema alimentar. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados projetam perspectivas positivas sobre o papel e o protagonismo dos jovens rumo às modificações necessárias nos sistemas alimentares.

Palavras-chave: juventude; sistema alimentar; pandemia COVID-19; pesquisa qualitativa.

Artigo Original: Recebido em 02/06/2023 – Aprovado em 29/06/2023

¹ Mestra em Ciências pelo Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Lavras (PPGNS/UFLA), graduada em Nutrição pela mesma instituição, integra a equipe técnica do Movimento "Comer Pra Que?", Brasília/DF. e-mail: pmachadonutricao@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7754-0134> (autor correspondente)

² Mestre em Nutrição Humana (UFRJ), Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde no Programa de Pós-Graduação do Instituto Nutes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil. e-mail: elliz.mangabeira@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6039-2630>

³ Mestra em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro/RJ, Brasil. e-mail: tayanefernandesf@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3577-0641>

⁴ Doutora em Nutrição Humana pela UnB, Docente do Departamento de Nutrição na Universidade Federal de Lavras - UFLA e do Programa de pós-graduação em nutrição e saúde/PPGNS-UFLA e integra a equipe de coordenação do Movimento "Comer Pra Que?", Lavras/MG, Brasil. e-mail: carolinachagas@ufla.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6715-0834>

⁵ Doutora em Nutrição Humana Aplicada pela USP, Docente do Centro Multidisciplinar - UFRJ Macaé e do Programa de pós-graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PPGSAN-UNIRIO, integra o Núcleo de Estudos Plurais em Educação, Alimentação e Humanidades/NESPERA e a equipe de coordenação do Movimento "Comer Pra Que?", Macaé/RJ, Brasil. e-mail: amabelaavelar@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6115-8029>

⁶ Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), nutricionista, docente do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Lavras (UFLA-MG), coordenadora do Programa de Pós-graduação em Nutrição e Saúde da UFLA, Minas Gerais, Brasil. e-mail: maysa.toloni@ufla.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0297-0786>

* Apoio financeiro: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Abstract

Overcoming global challenges requires articulated actions and the transformation of agri-food systems. This article aimed to analyze the dialogues of young people about food production and marketing, in the context of the Covid-19 pandemic, in order to highlight their role in the discussion and reconfiguration of a more sustainable, resilient and fair agri-food system. This is a cross-sectional study with a qualitative approach, an integral part of the project “Food and Nutrition Education with youth: mobilization, networks and institutional cooperation”, financed by the Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. The young people participated in dialogues, which were developed from the pedagogical assumptions of Freireana education and youth protagonism, about the weaknesses of the food system. The data were analyzed using Content Analysis. The results project positive perspectives about the role and protagonism of young people towards the necessary changes in food systems.

Keywords: *youth; food system; COVID-19; qualitative research.*

1 Introdução

Os sistemas alimentares predominantes apresentam ameaças à saúde, pois tem gerado resultados negativos em várias frentes, como: degradação do solo, da água e dos ecossistemas; altos níveis de emissão de gases de efeito estufa (GEE); perdas de biodiversidade; persistência da fome e de deficiências de micronutrientes simultâneas ao rápido aumento do excesso de peso e de doenças relacionadas à alimentação; e pressão na subsistência de agricultores ao redor do mundo (IPES-FOOD, 2016).

As fragilidades desse sistema evidenciaram-se com as medidas de distanciamento social na pandemia da Covid-19. O impedimento da realização das feiras livres da Agricultura Familiar (AF), que representam uma importante via de distribuição de alimentos saudáveis nas cidades, ilustrou o cenário de desabastecimento e de perda de produção e impactou, principalmente, os pequenos produtores rurais, de maneira multidimensional: saúde, produção, comercialização, renda e formas de comunicação (FUTEMMA et al., 2020). Novas práticas de oferta e de comercialização dos agricultores foram necessárias no intuito de amenizar os efeitos disruptivos da pandemia nos sistemas alimentares locais (FAO, 2020).

Durante o distanciamento social, houve intensificação do uso das mídias sociais digitais, especialmente como meio de comunicação. Ampliando, também, a necessidade de os agricultores familiares acessarem portais na internet ou outras plataformas digitais, tais como: mídias sociais, em busca de informações sobre o mercado, perfil e demandas dos clientes; informações técnicas para o cultivo e maior produtividade; subsídios e programas governamentais (RODRIGUEZ-LEMUS; VALENCIA-PEREZ; PENA-AGUILAR, 2018).

Estas atividades poderiam ampliar o envolvimento dos jovens das famílias produtoras de alimentos, que, em geral, estão mais adaptados às ferramentas digitais.

Entre 2005 e 2015, políticas públicas ampliaram a participação social das juventudes, deslocando o jovem do lugar de “sujeito de risco” para “sujeito de direitos” (ASSIS; AVANCI; SERPELONI, 2020), com destaque para a visibilidade alcançada pelas juventudes rurais nas lutas pelo direito à terra e à água, à segurança alimentar, à transição agroecológica e ao fortalecimento da agricultura familiar, que é o principal meio de inclusão produtiva dos jovens camponeses (CASTRO, 2017).

A incidência das juventudes nas lutas contemporâneas, por um sistema alimentar mais justo, não se circunscreve apenas no âmbito rural, mas pode se dar em toda cadeia produtiva e em espaços diversos de cultivo e comercialização de alimentos. Ou seja, ocorre tanto em territórios rurais, como também nos grandes centros urbanos brasileiros, contrariando uma associação quase instantânea que é feita entre agricultura e meio rural (COSTA et al., 2019). A mobilização em torno da agricultura urbana pode envolver: a organização de feiras e o fomento ao consumo direto de produtores, o manejo e o escoamento da produção agrícola de assentamentos e a valorização de práticas mais sustentáveis no campo e na cidade (RIBEIRO; BOGUS; WATANABE, 2015).

Na proposta de diálogo sobre o sistema agroalimentar com as juventudes, destaca-se a importância da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na perspectiva do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MREAN). Entendida como uma ferramenta para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), que ultrapassa as dimensões do consumo de alimentos e impactos na saúde, abrangendo todo o sistema alimentar. Além disso, o desenvolvimento de ações de EAN deve priorizar o protagonismo de todos os envolvidos no processo educacional (BRASIL, 2012), buscando promover reflexões sobre o comer como ato político, a multidimensionalidade da alimentação contemporânea e fomentar políticas públicas de alimentação e nutrição destinadas aos diferentes ciclos de vida.

Diante disso, é fundamental criar espaços de diálogo com as juventudes para a discussão sobre o sistema agroalimentar tanto presencialmente, como por meio de articulações, encontros, rodas de conversa online mediadas por plataformas digitais, oferecendo ambiente propício e fomentando trocas de saberes.

No contexto do Movimento Comer Pra Quê (CPQ), jovens de diferentes campos de atuação, ligados às redes de colaboração e de comunicação do projeto, foram estimulados a protagonizarem espaços de reflexão em *lives*. O CPQ desenvolve suas ações educativas desde 2014 junto das juventudes brasileiras, de modo a gerar consciência crítica sobre as práticas alimentares. Todo o movimento baseia-se no protagonismo juvenil e no desenvolvimento de autonomia e habilidades para a transformação de contextos alimentares e sociopolíticos.

O presente trabalho teve como objetivo analisar diálogos realizados entre jovens sobre a produção e a comercialização de alimentos, no contexto da pandemia de Covid-19, buscando compreender seu papel frente a reconfiguração do sistema agroalimentar.

2 Metodologia

Estudo transversal de abordagem qualitativa, desenvolvido com jovens a partir da dialogicidade, problematização e construção coletiva de conhecimentos (FREIRE, 1988; MINAYO, 2008). O trabalho é parte integrante do projeto de extensão e de pesquisa “Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional” (CAAE: 36202620.1.1001.5148; Parecer: 5.131.345), conhecido como CPQ e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Considerando-se a necessidade de distanciamento social, em decorrência da pandemia, o processo de organização das atividades se deu em plataformas digitais (*Zoom e Google Meet*) e aplicativo de comunicação para celular (*WhatsApp*). Os diálogos sobre o sistema agroalimentar foram desenvolvidos por meio de três *lives*, realizadas no perfil do CPQ em rede social online *Instagram*.

Os jovens foram os principais integrantes na organização e no desenvolvimento das atividades, ocupando espaços de discussão e tomadas de decisão. O perfil dos jovens participantes do CPQ é diverso e inclui aqueles que pertencem aos ambientes universitários e da rede básica de ensino, coletivos independentes de jovens urbanos e rurais, e o público das plataformas de redes sociais do projeto. O processo de escolha dos mediadores das *lives*, jovens integrantes do CPQ, se deu de forma espontânea e alinhada aos interesses pessoais de cada um deles, sendo elencados dois jovens por evento.

Nas *lives* destacou-se o protagonismo juvenil, como estratégia pedagógica para ação cidadã, que também são princípios de ação do MREAN (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009; BRASIL, 2012). Além do alinhamento aos princípios da extensão universitária por meio da interação dialógica, política, cultural científica e, portanto, transformadora, entre diferentes setores da sociedade e a universidade, com envolvimento de agricultores, lideranças comunitárias, estudantes, ativistas e pesquisadores.

Participaram como convidados das *lives* nove jovens, com formação e/ou atuação em diferentes áreas do conhecimento, residentes do meio urbano e rural de diferentes estados brasileiros (MG, PE e RJ), priorizando assim, a diversidade cultural e de sotaques. Foram elaborados pontos chave para os diálogos, a saber: i) “Os impactos da pandemia na produção e comercialização de alimentos”; ii) “Estratégias de comercialização de alimentos da agricultura familiar durante o isolamento social”; iii) “O futuro do comer: alimentação e sistema alimentar pós pandemia.

As *lives* ocorreram no período de 09 de junho a 07 de julho de 2020, tiveram duração de uma hora e foram abertas ao público. Os jovens que conduziram os diálogos foram convidados por membros do CPQ de acordo com a atuação na temática a ser tratada na *lives*, considerando os seguintes requisitos: i) ser jovem; ii) residente em diferentes estados/territórios do Brasil (rural e urbano), prezando a diversidade cultural e de sotaques; iii) formação e/ou atuação em diferentes áreas do conhecimento. Em síntese, o diálogo ocorreu de jovem para jovem, em um encontro que possibilitou a interação entre os jovens que integravam o CPQ e que foram organizadores das *lives* e os jovens convidados, segundo os requisitos acima.

A análise do material produzido no diálogo foi realizada com base na metodologia da Análise de Conteúdo, seguindo os passos: 1- Observação atenta dos registros audiovisuais, transcrição, leitura flutuante e organização dos dados; 2- Categorização: compreensão das unidades temáticas correlacionadas aos pontos chaves; 3- Análise final: estabelecimento de articulações entre os dados e os referenciais teóricos (BARDIN, 2011).

3 Resultados e discussão

A partir do *corpus* de análise emergiram três categorias temáticas, a saber: “Sistemas Alimentares frente à pandemia de Covid-19: fragilidade *versus* resiliência”, “O esforço coletivo

para superação da crise: solidariedade, reinvenção e ambiente digital” e “Propostas para um sistema alimentar mais sustentável, resiliente e justo”, descritas a seguir.

3.1 Sistemas Alimentares frente à pandemia de Covid-19: fragilidades versus resiliência

Críticas contundentes às formas hegemônicas de segmentos agropecuários foram evidenciadas pelos participantes das *lives*, sendo contextualizadas e expostas como fragilidades que repercutem em ameaças ao sistema alimentar, bem como, ao equilíbrio climático e ambiental.

Estamos tendo casos de grandes vendavais, tempestades, ciclones, nuvens de gafanhotos em lugares que antes não ocorriam, então começamos a falar sobre alguns sintomas, que juntos demonstram uma susceptibilidade do sistema. O que a pandemia nos trouxe foi a evidência que tudo isso está ocorrendo, que estamos tendo essas fragilidades e que, principalmente, os nossos sistemas alimentares são extremamente frágeis [...]. (P9).

Acho que esta pandemia veio muito para aflorar os problemas que já existiam. (P7).

A pandemia relaciona-se de forma complexa com as múltiplas dimensões da SSAN e do sistema agroalimentar e, em especial, com as maneiras de criar animais e de cultivar alimentos nos últimos tempos, que alteram radicalmente o meio ambiente e as relações socioculturais e econômicas da sociedade (WALLACE, 2020).

Trata-se de um sistema produtor de pobreza e degradação ambiental e que, no caso brasileiro, vem gerando níveis significativos de vulnerabilidades e fome. Segundo dados, em 2020, 55% dos domicílios brasileiros se encontravam em algum grau de insegurança alimentar e 19% passavam fome (REDE PENSAN, 2021).

O aspecto da produção de alimentos aprofunda-se e ganha outros desdobramentos quando se estabelece a percepção sobre os insatisfatórios incentivos à AF, enumerada por outro jovem em uma das *lives*:

A agricultura familiar principalmente tem um papel muito importante [...] E o acesso às políticas públicas que a gente não tem? Acesso aos fomentos para incrementar a agricultura familiar é que a gente também não tem acesso muitas das vezes. (P2).

A percepção de desvalorização da AF, no contexto das políticas de incentivo e apoio governamental coaduna com a realidade retratada por outros estudiosos que demonstram que, desde sua criação, o PRONAF, a exemplo, é acessado majoritariamente pela agricultura moderna, capitalizada e produtora de *commodities* e resguarda, mesmo dentre os(as)

pequenos(as) produtores(as) beneficiários(as), expressivas desigualdades (TROIAN; MACHADO, 2020).

Em contraposição às fragilidades apontadas, modelos contra hegemônicos de produção e comercialização de alimentos se mostraram resilientes frente ao desabastecimento alimentar e a impossibilidade de comercialização, e até mesmo tiveram aumento de vendas, garantindo renda aos produtores e fornecimento contínuo aos consumidores.

[...] no outro oposto temos a agricultura sintrópica [...] buscando esta resiliência de fato, não somente ambiental, mas principalmente humana e também econômica. Porque a partir do momento que eu tenho uma diversidade de produtos, esses produtos formam uma cesta mais completa [...], e também geram um efeito tampão para o produtor, que não está ligado somente a um alimento. (P9).

No que tange à comercialização, os modelos de consumo mais próximos dos produtores se mostraram mais viáveis e resistentes aos impactos da pandemia, bem como, tiveram disparo de vendas (KOLODINSKY et al., 2020). Em âmbito nacional, demonstrou-se a importância das cadeias curtas de suprimento, evidenciando seu papel no abastecimento alimentar brasileiro (SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020). Na presente análise, esse cenário foi reconhecido e cocriado pelos jovens, já que eles participam ativamente de cadeias curtas de comercialização de alimentos, tanto como consumidores, quanto em sua organização.

[...] mesmo antes da pandemia eu já tinha uma prática de consumo próximo dos agricultores, tentando participar de circuitos curtos [...] O que a gente vê que aconteceu com esses circuitos, pessoas e iniciativas é que elas se mostraram extremamente resilientes, pelo contrário do que a gente viu que foi o desabastecimento, os mercados vazios, os preços subindo [...]. (P5).

Além disso, os jovens apresentaram reflexões sobre o modelo hegemônico em comparação com suas experiências pessoais junto aos circuitos curtos e modelos de produção e organização baseados na sustentabilidade, cooperação e solidariedade.

[...] outra dificuldade para além do fechamento das feiras livres, que o pequeno agricultor encontra e não consegue comercializar a sua cesta, desenvolver esse mecanismo de auto sustentação a partir da pandemia, é o processo organizativo que ele vive [...] A gente é ensinado a ser individualista, egoísta, a gente é ensinado a ser assim, e no MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] a gente tem um processo de organização bem diferente né, onde o sujeito participa de algumas dessas ferramentas que o MST vai desenvolvendo nas áreas. Seja o setor de produção, a cooperativa, a associação [...] isso garante suporte para as famílias poderem acessar e pensar a logística de como organizar a cesta. (P2).

O modelo de organização social e “*algumas ferramentas que o MST vai desenvolvendo*” colaborou para que as famílias dos acampamentos e assentamentos

reinventassem rapidamente o escoamento dos alimentos que seriam vendidos nas feiras, já que o movimento “*garante suporte para as famílias poderem acessar e pensar a logística*” e o produtor “*vê então a oportunidade de potencializar a comercialização das cestas agroecológicas*” (P2).

Frade e Sauer (2017), analisando a experiência do MST com a agroecologia, concluem que esta é vivenciada como um modo de vida de potencial transformação social, que busca a organização coletiva, relações de trabalho mais justas e práticas produtivas com vistas ao desenvolvimento local sustentável. O trabalho de Wedig e Ramos (2020) problematiza questões como o capitalismo e a modernização, que afetam negativamente a relação do homem com a terra, causam desigualdades sociais e devastação ambiental. Ao passo que destacam a importância dos modos de vida de camponeses e da resistência de coletivos do campo, à exemplo do MST, frente a esse cenário.

Para além do problema de desabastecimento alimentar durante a pandemia de Covid-19, foi lembrado outros momentos de crise, como durante a greve dos caminhoneiros ocorrida no Brasil em 2018.

[...] aquela crise dos caminhoneiros em 2018, os mercados e hortifrutis estavam todos desabastecidos e a gente da CSA tava se alimentando perfeitamente, com produtos fresquinhos. (P6).

A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), referida no diálogo, mantém modelos de comercialização alimentícia de proximidade entre produtores e consumidores e surgiu no Brasil em um cenário de constantes crises de desabastecimento alimentar, mostrando-se como alternativa para a logística de abastecimento (JUNQUEIRA; MORETTI, 2019).

Costa, Silva e Pereira (2016) sinalizam a importância das cadeias curtas de suprimento em função da redução de riscos, especialmente, no que diz respeito ao transporte. De maneira geral, os mercados de proximidade social, como também são chamados, tem como elemento determinante a necessidade de diminuição de custos econômicos e ambientais do transporte por longas distâncias.

Os modelos de produção e comercialização de alimentos, citados nas falas dos jovens, caracterizam-se como modelos “alternativos”, que compõem “*uma categoria genérica de análise acadêmica para o estudo de alternativas ao modelo agroalimentar industrial*” (DAROLT et al., 2016 p. 1). Em contraponto ao modelo hegemônico, considerado ‘convencional’, as Redes Alternativas de Alimentos incluem formas de produção e

comercialização mais sustentáveis, contando com produção agroecológica e/ou orgânica, cadeias curtas de abastecimento de alimentos e a cooperação social (SILVA; BARBOSA, 2020).

No entanto, inicia-se um debate recente em relação à alternatividade dessas redes e o uso do termo "alternativo" (CARNEIRO; BRAGA, 2020). Avançando nessa direção, houve apontamento de se problematizar os termos que são comumente utilizados em uma dicotomia entre “alternativo” e “convencional”, alertando para incorporação em nossos discursos e práticas.

A gente chama esse modelo que a gente vive atualmente de modelo convencional. Convencional para quem? Quando vou comprar direto do produtor eu sou “alternativa”. O que aconteceu que isso é alternativo? É importante a gente questionar a força que tem essas palavras, os modos que a gente tem escrito o mundo. (P5).

3.2 O esforço coletivo para superação da crise: solidariedade, reinvenção e ambiente digital

As fragilidades dos sistemas globais, seja ele econômico, de comércio, de saúde ou alimentar, exacerbaram circunstâncias como desemprego, impactos na renda e desabastecimento de alimentos nas cidades. Tudo isto culmina no agravamento da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional de grupos mais vulneráveis, os quais têm tido apoio de redes de solidariedade locais (KNORR; KHOO, 2020).

No Brasil, emergiram iniciativas da sociedade civil, sobretudo voltadas para populações e áreas mais vulneráveis (ANDION, 2020). Entre elas, cabe destacar que as juventudes do campo e da cidade se organizaram em diferentes frentes e assumiram papéis importantes (CONJUVE, 2020). Os jovens participantes deste estudo cooperaram e/ou protagonizaram muitas dessas ações em diferentes estados do país, como RJ, SP, MG e PE.

A gente ficou muito preocupado com a situação dessa família, o que eles iam fazer com os alimentos, como eles iam escoar essa produção [...] O que a gente fez foi articular com eles e pensar um grupo de entregas [...] divulgou com pessoas que a gente conhece [...] tá funcionando bem, hoje em dia tem mais de 50 clientes, semanalmente chega em torno de 20 pessoas. (P6).

[...] Eles fizeram uma parceria com uma cooperativa de taxistas do bairro e hoje tem de 30 a 50 taxistas envolvidos na entrega dessas cestas. Essa união dos trabalhadores da cidade com os trabalhadores do campo para garantir que a comida de verdade chegue até nós. (P5).

Os impactos da pandemia sobre a comercialização de produtos da AF foram maiores do que na produção, já que se trata de uma etapa mais complexa, com várias formas de escoamento (FUTEMMA et al., 2020). A partir das unidades de contexto é possível perceber que as iniciativas permitiram o escoamento da produção, ampliando e diversificando as formas de comercialização. A diversidade de ações também garantiu emprego e renda dos agricultores familiares e de outros trabalhadores; possibilitou a elaboração de um fluxo de proximidade para escoamento da produção; garantiu o abastecimento alimentar local; fortaleceu a relação urbano rural, e ainda, estabeleceu canais de doação de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os eixos de atuação dos jovens, pautados em princípios da agroecologia e da SSAN, convergem com as ações recomendadas para superação dos maiores desafios globais, relacionadas à construção de um sistema agroalimentar mais sustentável, justo e resiliente diante de crises, como a pandemia de Covid-19 (SWINBURN et al., 2019).

Ao citar a experiência ocorrida em Minas Gerais, um jovem do MST, chama atenção pelo senso de solidariedade exercido pelo movimento.

Essa produção excedente que a gente tem nas áreas, agora principalmente, porque não consegue acessar esse mercado da forma como que conseguia antes da pandemia, a gente incrementa nas ações de solidariedade. Porque a gente não vai deixar os alimentos perder, estragar lá no campo, sabendo que na cidade tem pessoas que precisam desse alimento, que necessitam deles. Então a partir disso a gente exercita o nosso valor de solidariedade também. (P2).

No que diz respeito ao exercício da solidariedade, Wedig e Ramos (2020) ressaltam o papel dos coletivos do campo, em especial do MST, no avanço das discussões entre campo e cidade em tempos de crise. Reconhece-se na prática da solidariedade e do cuidado mútuo uma resposta importante para a garantia da SSAN, elemento central na reconfiguração do sistema alimentar.

Ações coletivas e parcerias vinculadas à solidariedade contribuíram para que os pequenos produtores rurais tivessem outras opções de escoamento de seus produtos, minimizando os efeitos negativos e as perdas, enquanto ~~que~~ a ação do poder público se fez ausente ou insuficiente (FUTEMMA et al., 2020).

O cenário de desorganização política no Brasil foi evidenciado na fala dos jovens, a partir do reconhecimento da ausência de assistência do poder público, em diferentes níveis de governo.

O MST aqui de Caruaru é muito bem articulado. Tem ofertado cesta básica e kits agroecológicos nas comunidades e a marmita solidária no centro da cidade, conseguindo assistir a população de rua [...] sem assistência alguma da parte política, de prefeito, governador, deputado, nada do tipo, realmente apenas do MST e voluntários. (P3).

De fato, houve uma resposta insuficiente do governo diante da crise, especialmente, no que diz respeito à garantia da alimentação adequada (ALPINO et al., 2020; RECINE et al., 2020; RIBEIRO-SILVA et al., 2020).

Quanto aos esforços coletivos da sociedade civil para superação da crise alimentar, cabe destacar que as formas de comercialização de alimentos foram reinventadas, sendo as redes sociais online indispensáveis nesse processo. Foi reconhecida a articulação estratégica entre as redes sociais online, as redes locais de produção de alimentos e as redes de consumo, nas narrativas analisadas.

A busca ativa por produtores e canais de escoamento de alimentos, a partir do uso da internet, foi um subterfúgio mencionado pelos participantes para contornar a ausência das feiras, decorrentes do confinamento repentino, ou mesmo o desconhecimento das redes locais de produção de alimentos e configurou-se como uma alternativa às imposições de consumo das grandes redes de supermercado.

As mídias digitais e o próprio ciberespaço, como *lócus* de interação social, emergem de processos culturais, históricos e comunicacionais (SANTAELLA, 2010). Em meio a imposição do distanciamento físico, a digitalização das trocas sociais dos circuitos de proximidade, foram impulsionadas com o relacionamento digital, por meio de aplicativos, redes sociais e plataformas de venda online (MEDEIROS; MASCARENHAS, 2021). No caso dos grupos de prática de consumo responsável, o principal meio de comunicação é a internet, seja para comunicação interna de seus membros, seja para divulgação externa, há um espaço virtual para interlocução, divulgação e sensibilização de produtores e consumidores (PISTELLI; MASCARENHAS, 2011).

É imperativo, todavia, considerar que a desigualdade no acesso à internet e às ferramentas digitais podem criar mecanismos de exclusão ou apagamentos dos atores sociais por razões diversas, como exemplificado a seguir:

Alguns agricultores têm mais facilidade no acesso à internet, aos meios de comunicação [...] Mas a gente sabe que a realidade da agricultura familiar não é totalmente essa, então muitos agricultores e agricultoras vão sendo excluídos e ainda mais marginalizados por este processo. (P8).

Pensar nesta interação entre os jovens, com o uso das mídias sociais, para viabilizar e fomentar essa comercialização, é algo muito importante. (P9).

Tais achados revelam que as redes digitais tanto podem se configurar como aliadas no repertório das adaptações necessárias à sobrevivência dos modelos alternativos de produção e comercialização, mas também podem ser obstáculo aos pequenos produtores cuja familiaridade com as ferramentas digitais é, por vezes, limitada. Neste sentido, a apropriação dos ambientes digitais por parte dos pequenos agricultores, seja por auxílio de jovens ou mesmo o assessoramento técnico destes atores sociais para tal finalidade, é premente para contornar os impactos da pandemia sobre a comercialização dos alimentos.

Por outro lado, como também evidenciado, as tecnologias digitais oferecem ferramentas para ajudar os jovens a resolverem problemas nas suas comunidades e podem ligá-los a comunidades de pares e intergeracionais para a promoção de mudanças sociais (THIRD et al. 2017). Por esta perspectiva, cabe ainda destacar dentre os modos de fazer e de agir no contexto digital, percebidos pelos participantes deste estudo, a menção à apropriação do ciberespaço como estratégia de fortalecimento das reivindicações sociais que exigem mobilização.

Não podemos ir pra rua, mas vamos usar a rede para cobrar do estado políticas públicas que garantam a sobrevivência do pequeno agricultor no campo e a sua permanência também. (P2).

3.3 Propostas para um sistema alimentar mais sustentável, resiliente e justo

Ter uma alimentação consciente envolve escolhas que valorizem a AF e que se vinculam às redes de comercialização mais sustentáveis, fazendo emergir a discussão de um novo modelo de sistema agroalimentar que promova efetivamente a SSAN. Este alimentar-se de forma consciente pode também ser compreendido como um consumo alimentar político, que foi evidenciado pelos participantes dos diálogos, valorizando a agroecologia e a AF, numa perspectiva de fomento às políticas públicas.

Acima de tudo, o que pode mudar com a pandemia, é a cabeça dos consumidores, porque gerando esta necessidade, mostrando para gestores públicos, que isso é uma demanda latente, isso pode se tornar uma política pública, então acima de tudo é pensar globalmente e agir localmente. (P9).

[...] a maioria das pessoas ainda não estão conscientes que o ato de se alimentar, o ato de comer, é um ato político. De que quando você vai ao supermercado, compra aqueles produtos, naturalmente você está incentivando financeiramente empresas que produzem com bases em utilização de agrotóxico e pacotes tecnológicos, ganhem mais

dinheiro e consigam investir cada vez mais, e isso vai dificultando cada vez mais para a agricultura familiar. (P8).

Portilho, Castañeda e Castro (2011) reuniram algumas reflexões teóricas sobre a tendência interdisciplinar de se abordar a alimentação como campo político, que passou por um processo de expansão e transbordamento da esfera pública para a privada, expressos nas formas de aquisição e preparo dos alimentos e por valores de preservação ambiental e solidariedade com pequenos produtores locais, por exemplo.

O consumo político também pode ser analisado a partir das mobilizações fomentadas por movimentos sociais e redes de produtores e consumidores, destacando atores sociais chave, como: movimentos sociais do campo, ativistas sociais e ambientais pela agroecologia, o consumidor e suas organizações de defesa dos direitos do consumidor, cooperativas e grupos de compras (PORTILHO, 2020).

Os grupos de apoio da agricultura familiar, sejam extensionistas, sejam pessoas ligadas às universidades, sejam pessoas conscientes sobre a importância do consumo agroecológico, de valorização da agricultura familiar, ajuda a começarem a pensar sobre estas perspectivas. (P8).

Emerge das falas dos jovens, dois programas federais de fundamental importância para combater a vulnerabilidade dos pequenos produtores, viabilizar e fomentar o escoamento da produção: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), atualmente vinculado ao Ministério da Cidadania, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ligado ao Ministério da Educação (FUTEMMA et al., 2020).

O PAA também é um fator importante porque as escolas estão fechadas, mas continuam entregando o kit escolar, que é o que vem na merenda. E a gente sabe que o PAA e o PNAE têm a questão de 30% ser de agricultores familiares, mas a gente teve muita denúncia, não em Pernambuco, mas em outros estados que estão comercializando esses alimentos de outros lugares, como hipermercados, pegando as verduras cheias de veneno para entregar para as crianças, ao invés de fortalecer a agricultura familiar, assim como a lei diz. (P3).

O estudo de Alpino et al (2020) avaliou as respostas do governo federal para garantia da SAN no contexto da pandemia e verificou que as ações a nível local, se desenvolveram de forma heterogênea, ou mesmo não aconteceram, a exemplo da distribuição de kits de alimentos no âmbito do PNAE. Os autores ainda destacam que a capacidade de resposta do governo federal frente à crise pandêmica, no sentido da garantia da alimentação adequada, foi prejudicada pelo desmantelamento de políticas públicas de SAN e de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o que reforçou uma agenda de retrocessos para a população brasileira.

No contexto de pandemia urge a necessidade do bom funcionamento das políticas públicas existentes e, além disso, frente às transformações de produção e comercialização que foram necessárias durante esse período, a estruturação de políticas públicas que sejam resilientes diante de cenários adversos, por meio de apoio e subsídio à AF.

Seria maravilhoso se tivéssemos boas cadeias produtivas agro familiares, com bom estímulo de governos municipais e estaduais, e com certeza também do governo federal. Apesar de parecer utópico hoje em dia, mas que seriam justamente as cadeias únicas capazes de suprir as demandas, tanto em um contexto pandêmico, tanto em questões de um contexto de greve de caminhoneiros, tanto na questão econômica na redução dos custos, a diminuição da emissão de gases e de embalagens plásticas, como vocês mencionaram. Então é importante a gente lembrar que apesar da gente ter apenas 70% da produção dos alimentos que chegam à mesa dos consumidores brasileiros serem oriundas da agricultura familiar, apenas 14% do crédito é destinada à ela. (P9).

A perspectiva do comer como ato político permeia falas em torno do DHAA e, portanto, orienta políticas públicas voltadas à SAN que se articulam de modo intersetorial com a saúde, meio ambiente, direito à terra, à água e a patrimônios culturais (MENASCHE, 2019). Romper com o sistema alimentar hegemônico significa dar passos para o alcance à soberania alimentar, como proposta pela agroecologia, onde se ampliam as chances de garantir às comunidades acesso aos recursos naturais dos seus territórios, como água, terra, sementes, insumos e a biodiversidade (SILVA; BARBOSA, 2020).

A gente lançou de forma online [...] o plano emergencial de reforma agrária, que se inclui nessa projeção do que a gente quer para um mundo pós-pandemia. [...] Dentro desse plano, quatro eixos centrais que a gente elencou: 1) Terra e Trabalho, onde as pessoas têm direito de ser assentadas e ter condições para trabalhar, que isso é um direito negado há muito tempo; 2) A produção de alimentos saudáveis, que é direito de toda sociedade consumir alimentos saudáveis e sem veneno. A questão de descascar mais e desembalar menos; 3) Proteger a natureza e a água, biodiversidade, recuperar nossas nascentes, plantar árvores, recuperar nosso oxigênio; 4) Condições de vida digna no campo, não basta só ir pro campo e não ter acesso a uma estrada, não ter reconhecimento do estado de que aquela pessoa vive no campo. (P2).

Na literatura técnica-científica é reconhecido o envolvimento crescente de jovens, de forma coletiva ou individual, em iniciativas, projetos e programas que circundam o tema da alimentação como ato político, ensejando a reflexão sobre práticas alimentares, culinárias, de cuidado com o meio ambiente e com os sistemas de produção de alimentos, incluindo, entre as causas discussões feministas e de justiça alimentar (DELGADO, 2016; FIDA, 2020).

Por meio do compartilhamento de experiências e das reflexões expressas durante as *lives*, foi possível observar que os jovens participaram ativamente na proposição de um novo modelo de sistema alimentar na perspectiva da sustentabilidade, resiliência e justiça social.

Uma limitação deste estudo, como em qualquer estudo qualitativo, refere-se à ponderação quanto à extrapolação dos resultados para diferentes juventudes e contextos sociais.

4 Considerações finais

Este estudo inova ao evidenciar as reflexões e a participação dos jovens em ações sociais durante a pandemia de Covid-19, com a finalidade de minimizar as fragilidades do sistema alimentar. Destacam-se as proposições quanto às formas de produção e comercialização mais resilientes e justas; a realização de ações de promoção da alimentação no contexto do desabastecimento alimentar e a apropriação do espaço virtual para o fortalecimento das atividades da agricultura familiar. Além disso, os jovens protagonizaram discussões e idealizaram propostas para os sistemas alimentares no futuro, pautados pelos eixos da sustentabilidade, resiliência e justiça social como elementos fundamentais.

O estudo destaca a importância da participação ativa dos jovens nas modificações necessárias dos sistemas alimentares, que incidam sobre a premente transformação social, alinhadas à superação da sindemia global.

Referências

ALPINO, T. M. A.; SANTOS, C. R. B.; BARROS, D. C.; FREITAS, C. M. A COVID-19 e a (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal Brasileiro durante a pandemia, com cortes orçamentários e desmantelamento institucional. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 8, set. 2020.

ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, v. 54, n. 4, ago. 2020.

ASSIS, S. G. de; AVANCI, J. Q.; SERPELONI, F. O tema da adolescência na saúde coletiva - revisitando 25 anos de publicações. **Cien. Saúde Colet**, v. 25, n. 12, dez. 2020.

BARDIN, Laurence. (2011), **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGHOSSIAN, C.O; MINAYO, M.C.S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde e soc.**, v. 18, n.3, p. 1984-0470, jul./set. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2012.

CARNEIRO, M. S.; BRAGA, C. L. Alternativo versus convencional: uma análise da inserção de agricultores familiares periurbanos em circuitos de comercialização no município de São Luís/MA. **Redes**, v. 25, n. 2, maio. 2020.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Rev Ciênc Soc - Política e Trabalho**, v. 1, n. 45, jun. 2017.

CONJUVE. **Pesquisa juventudes e a pandemia do Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.juventudeseapandemia.com/>>

COSTA, M. G.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. Feminismos e agroecologia: lutas contemporâneas na cidade. In: BOSI, M.L.M., PRADO, S.D., AMPARO-SANTOS, A., comps. **Cidade, corpo e alimentação: aproximações interdisciplinares**. Salvador: EDUFBA, p. 69-97. 2019.

COSTA, F. H. O.; SILVA, A. L.; PEREIRA, C. R. O que favorece a resiliência na cadeia de suprimentos? Insights a partir de uma revisão sistemática de literatura. **Revista Produção Online**, v. 16, n. 3, set. 2016.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. C. F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Soc**, v. 19, n. 2, abr.-jun. 2016.

DELGADO, M. Youth and Food Justice. In: DELGADO, M. **Community Practice and Urban Youth: Social Justice Service-Learning and Civic Engagement**. New York: Routledge, 1 ed., out. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems: key results from the FAO survey “Urban food systems and Covid-19”**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/cb0407en/CB0407EN.pdf>>

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA. **Gastroquinta: comida do quintal para a mesa: jovens do semiárido promovendo a segurança alimentar e nutricional por meio da gastronomia**. Salvador. 2020. Disponível em: <<http://repositorio2.iica.int/handle/11324/13131>>

FRADE, F. T.; SAUER, S. O MST e a experiência de Agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil. **ReLaER**, v. 2, n.3, abr. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura. 1988.

FUTEMMA, C. et al. The Covid-19 Pandemic and Small-Scale Farmers: Surpassing or Failing?. **SciELO Preprints**. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.967>>

IPES-FOOD. **From uniformity to diversity: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems**. International Panel of Experts on Sustainable Food systems. 2016. Disponível em: <www.ipes-food.org>

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, jan. 2019.

KNORR, D.; KHOO, C. S. H. COVID-19 and Food: Challenges and Research Needs. **Front Nutr**, v. 7, 598913. 3, dez. 2020.

KOLODINSKY, J.; SITAKER, M.; CHASE, L.; SMITH, D.; WANG, W. Food Systems Disruptions: Turning a Threat into an Opportunity for Local Food Systems. **J of Agri, Food Systems, and Community Development**, v. 9, n. 3, abr. 2020.

MEDEIROS, M. L.; MASCARENHAS, R. G. T. Digitalização para sobrevivência: transformação das feiras de Ponta Grossa diante da pandemia. **SER Social – Alimentação, Abastecimento e Crise**, v. 23, n. 48, junho de 2021.

MENASCHE, R. Tendências da alimentação contemporânea: percurso e elementos para uma agenda de pesquisa. **Campos - Rev Antropologia**, v. 19, n. 2, jul. 2019.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed., São Paulo: Hucitec, 2008.

PISTELLI, R. S. S.; MASCARENHAS, T. S. **Caminhos para práticas e organização de grupos de consumo responsável**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político - Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes**, v. 25, n. 2, 2020.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Cien. Saúde Colet**, v. 16, n. 1, jan. 2011.

RECINE, E.; FAGUNDES, A.; SILVA, B. L.; GARCIA, G. S.; RIBEIRO, R. C. L.; GABRIEL, C. G. Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. **Rev. Nutr.**, v. 33, out. 2020.

REDE PENSSAN. VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 16 fev 2022.

RIBEIRO, S. M.; BOGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde soc.**, v. 24, n. 2, jun. 2015.

RIBEIRO-SILVA, R. C.; PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, É.; GUIMARÃES, J. M. M.; FERREIRA, A. J.; BARRETO, M. L.; SANTOS, S. M. C. D. Covid-19 pandemic implications for food and nutrition security in Brazil. **Cien. Saúde Colet.**, v. 25, n. 9, set 2020.

RODRIGUEZ-LEMUS, C.; VALENCIA-PEREZ, L. R.; PENA-AGUILAR, J. M. Aplicación de las TI's a la Cadena de Valor Agrícola para Productores de Agricultura Protegida. **Tecnología en Marcha**, v. 31, n. 1, mar 2018.

SANTAELLA, L. **Ecologia Pluralista da Comunicação**. Conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

SILVA, J. H. C. S.; BARBOSA, A. S. A Inserção da Agroecologia em um Novo Sistema Alimentar Pós-Covid-19. **Rev Bras Educ Amb**, v. 15, n. 4, jul. 2020.

SILVA FILHO, O.; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 5, jun 2020.

SWINBURN, B. A. et al. A Síndemia Global de Obesidade, Subnutrição e Mudança Climática: Relatório da Comissão Lancet. **Lancet**, v. 393, n. 10173, 2019. Disponível em: <<http://alimentandopoliticas.org.br/sindemiaglobal/>>. Acesso em: 02 mar 2021.

THIRD, A.; BELLEROSE, D.; DE OLIVEIRA, J. D.; LALA, G.; THEAKSTONE, G. Young and Online: Children's Perspectives on Life in the Digital Age: The State of the World's Children 2017 Companion Report. Sydney: **Western Sydney University**, 2017.

TROIAN, A.; MACHADO, E. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenv Quest**, v. 18, n.50, mar. 2020.

WALLACE, R. **Pandemia e Agronegócio**. Editora Elefante & Igra Kniga. 2020.

WEDIG, J. C.; RAMOS, J. D. D. Resistências camponesas em tempos de pandemia. **Tessituras**, v. 8, n. 1, jun. 2020.